

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**O COMPORTAMENTO POLÍTICO DO SETOR TÊXTIL-VESTUARISTA NOS  
GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (2011-2016): RESULTADOS PRELIMINARES**

Nicole Herscovici

Trabalho preparado para apresentação  
no XI Seminário Discente da Pós-  
Graduação em Ciência Política da  
USP, de 20 a 24 de setembro de 2021.

SÃO PAULO  
2021

**Resumo:** A pesquisa de mestrado em andamento tem como problema a adesão empresarial à oposição ao governo Dilma e à defesa de seu impeachment. Por que o empresariado industrial brasileiro passou a se opor publicamente a um governo que tinha atendido a suas demandas históricas através da Nova Matriz Econômica? Parte-se da hipótese formulada por Singer (2018) de que o empresariado industrial rompeu com a coalizão produtivista, e passou a constituir uma frente única anti-desenvolvimentista. Para verificar essa hipótese, propõe-se a realização de um estudo de caso, tendo como objeto o comportamento político dos empresários do setor têxtil-vestuarista frente à política econômica implementada. Serão analisadas as manifestações empresariais no jornal Valor Econômico e na revista setorial Textília.

**Palavras-chave:** Nova Matriz Econômica; empresariado industrial; indústria têxtil; impeachment; coalizão produtivista.

## **Introdução**

A aposta lulista no aquecimento do mercado interno via investimento público, programas de redistribuição de renda e facilitação da oferta de crédito provou-se bem sucedida nos primeiros dois mandatos petistas. Com altos índices de aprovação, Dilma optou por uma política mais ofensiva, rompendo o acordo entre o setor financeiro e o governo, tal como se constituiu nos governos FHC e Lula, e se apoiou em uma coalizão produtivista para sustentar uma “virada desenvolvimentista” (PINTO *et al.*, 2016; VACCARI; PEREZ, 2017; SINGER, 2018). A política do governo federal era caracterizada pela ação e planejamento estatais e valorizava as demandas industriais. A Nova Matriz Econômica (NME) teria sido fruto da pressão do empresariado industrial, que participou da formulação das políticas anunciadas. O problema que motiva esta pesquisa, por conseguinte, é o da adesão empresarial à defesa do impeachment de Rousseff: por que o empresariado industrial brasileiro passou a se opor publicamente a um governo que tinha atendido a suas demandas históricas através da NME?

Esse posicionamento político do empresariado é interpretado a partir de motivações econômicas (CARVALHO, 2018; BASTOS, 2017) e políticas (BOITO, 2018; SINGER, 2018; RUGITSKY, 2015). Segundo Carvalho (2018), a raiz da crise dos governos Dilma é econômica: a presidenta teria apostado em políticas anticíclicas, de curto prazo, para tentar solucionar questões estruturais. Além de ser insustentável, a política industrial, nomeada pela

autora de *Agenda Fiesp*, visava incentivar o investimento privado, o qual responderia apenas em situações favoráveis e não necessariamente teria efeito multiplicador. Bastos (2017), por sua vez, justifica o fracasso econômico do governo, e conseqüentemente a falta de apoio empresarial, à desaceleração da demanda, ao aumento das importações e à estabilidade da capacidade ociosa, o que incentivava os empresários a não investirem produtivamente.

De fato, o ensaio desenvolvimentista não teve o resultado esperado. A desindustrialização acelerou-se, a taxa de crescimento do PIB foi inferior à do governo Lula e os investimentos produtivos estagnaram. Embora esse cenário possa fundamentar a hipótese de que o empresariado se opôs ao governo porque a NME fracassou economicamente, ele é insuficiente para explicar a adesão empresarial ao receituário do setor financeiro, que intensifica a desindustrialização.

Rugitsky (2015), por sua vez, argumenta que a questão econômica é insuficiente para explicar o posicionamento dos empresários e a queda da taxa de investimentos durante o mandato de Dilma. O autor defende a ocorrência de uma espécie de greve de investimentos kaleckiana do empresariado para pressionar o governo, em resposta às políticas de valorização do salário mínimo e pleno emprego, que fortaleceriam a classe trabalhadora e diminuiriam a taxa média dos lucros. Já Boito (2018) defende que a crise do governo da Dilma teria sido resultado do agravamento das contradições internas da frente neodesenvolvimentista e pela ofensiva do capital internacional. Singer, também a partir de uma análise das classes sociais, sustenta que houve uma ruptura da coalizão produtivista como fruto de reposicionamento político do empresariado industrial, no sentido de uma reunificação das frações burguesas em uma frente única anti-desenvolvimentista. A fim de testar essa hipótese, Oliveira e Herscovici (2021, no prelo) demonstram que a inflexão empresarial se deu ainda em 2013, ano de maior crescimento econômico do setor produtivo durante o primeiro mandato, o que contribui para questionar as teses que justificam o comportamento político empresarial a partir de uma concepção de pragmatismo econômico.

Motiva-se, assim, uma investigação sobre os possíveis elementos explicativos da mudança de posicionamento do empresariado industrial. Propõe-se, para isso, um estudo de caso tendo como objeto de estudo o comportamento político dos empresários do setor têxtil

e de confecções<sup>1</sup> durante os governos de Rousseff (2011-2016) frente à política econômica implementada. A indústria têxtil foi escolhida por ser um caso emblemático desse processo. Setor relevante econômica, social e politicamente, ele foi favorecido pela aposta lulista no mercado interno e contemplado pelas políticas do ensaio desenvolvimentista - não apenas pelas medidas setoriais, mas também pelas mudanças na política macroeconômica. Em 2016, contudo, representantes do setor manifestaram-se a favor da deposição de Rousseff.

O presente artigo apresenta os resultados preliminares da análise de notas e publicações da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), nos quais a entidade apresenta suas demandas, sua agenda prioritária e seu posicionamento em relação à política econômica e ao governo; e, especialmente, das manifestações públicas de empresários e entidades do setor na imprensa, notadamente no jornal *Valor Econômico*<sup>2</sup> - o maior do país em economia e negócio, oferecendo ampla cobertura dos pronunciamentos do empresariado -, e a revista setorial *Textilia*.

Este artigo se divide em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta a indústria têxtil-vestuarista brasileira e seus desafios nas últimas décadas. A segunda seção reconstitui, com ênfase nos anos de 2011 e 2012, a atuação dos industriais têxteis na pressão por uma mudança na política econômica, que se concretizou na NME, e como ela foi recepcionada assim que implementada. A penúltima seção trata dos conflitos entre os empresários têxteis e o governo federal, com o objetivo de identificarmos quais eram os desalinhamentos e em que momento eles se tornaram mais proeminentes, isto é, quando e por quais motivos os empresários têxteis se afastaram do governo Dilma - focando, portanto, no período de 2013 a 2016. A última seção apresenta as considerações preliminares decorrentes dessa primeira etapa da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Consideramos indústria têxtil e de confecções os setores enquadrados nas classificações C13 e C14 da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) 2.0, publicada em 2006 pelo IBGE. Utilizaremos os termos setor, indústria ou cadeia produtiva têxtil ou têxtil-vestuarista para designar o conjunto formado pelas indústrias têxtil e de confecção.

<sup>2</sup> As manifestações públicas do setor têxtil no jornal *Valor Econômico* durante o primeiro governo Dilma constam na base de dados elaborada em pesquisa de Iniciação Científica por integrantes do grupo de pesquisa Pensamento e Política no Brasil, ligado ao DCP-USP. A base conta com 859 posicionamentos empresariais, sendo que 79 deles correspondem aos empresários têxteis. Neste trabalho foram revisados os posicionamentos coletados, e, a partir de uma nova coleta, acrescentaram-se 87 declarações à base, além de outras 16 manifestações de outros veículos de imprensa, totalizando 182 posicionamentos coletados e analisados.

## Os desafios da indústria têxtil-vestuarista nacional

Desde os anos 1990, o setor têxtil vem perdendo relevância econômica - explicitada na queda da participação do PIB e nos crescentes déficits na balança comercial. O processo de liberalização comercial financeira aliado à redução dos preços dos importados decorrente da valorização cambial instituída pelo Plano Real<sup>3</sup> resultou na perda do monopólio sobre o mercado doméstico que a indústria têxtil nacional até então garantia (MASSUDA, 2002). A abertura brasileira coincidiu com a maior liberalização do comércio mundial da indústria têxtil, proporcionada pela gradativa eliminação das limitações das quotas de importação, a qual foi concluída em 2005, com a extinção do Acordo de Têxteis e Vestimentas (ATV) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Diante desse cenário, a participação dos países asiáticos - notadamente da China - na exportação mundial de produtos têxteis aumentou, ameaçando tanto empresas voltadas ao mercado interno - pelo avanço dos produtos importados -, quanto as indústrias exportadoras que perdiam espaço no mercado externo (MENDES, 2007).

Vale notar, não obstante, que o setor apresentava sinais de recuperação nos anos 2000<sup>4</sup>, motivada por dois fatores interligados. O primeiro é a expansão expressiva do mercado interno, devido ao aumento do poder aquisitivo das classes mais baixas resultante do crescimento econômico, do aumento dos índices de emprego e da valorização do salário mínimo, assim como de políticas de distribuição de renda. Para se ter uma melhor dimensão, cerca de 70% do mercado consumidor de produtos de vestuário pertencem às classes B e C, e, como os produtos têxteis têm demanda elástica, a distribuição de renda proporciona aumento significativo do consumo *per capita* dos produtos têxteis. O segundo fator é o advento do modo de produção *Fast Fashion*, que contribui para a democratização dos

---

<sup>3</sup> Mesmo que o Plano Real tivesse aumentado relativamente o poder de compra ao proporcionar estabilidade cambial e o fim da hiperinflação, o aumento da demanda foi suprido, majoritariamente, pelas importações (MASSUDA, 2002).

<sup>4</sup> Segundo dados do IBGE, o crescimento no setor se acelerou especialmente a partir de 2004, tendo pouca retração em 2009 (recoo de cerca de R\$ 2 bilhões no valor adicionado bruto). Para melhor dimensão, em 2003 o setor teve R\$ 15,3 bilhões de VAB, em 2004 cresceu para R\$ 18,3 bilhões e em 2008 já contava tinha aumentado para R\$ 26 bilhões.

produtos de vestuário por oferecerem preços mais acessíveis (COSTA; ROCHA, 2009; BEZERRA, 2014; CALLIL, 2014; FILLETI; BOLDRIN, 2020).

Entretanto, a “ameaça chinesa” acentuou-se com a crise internacional de 2008 - em especial, com seus desdobramentos (*aftershocks*), intensificados a partir de 2010, nos grandes países consumidores (RUGITSKY, 2020). Segundo dados da Abit (2013, p. 28), “a participação dos produtos importados no consumo brasileiro de vestuário aumentou 160% de 2008 a 2012”. Conforme demonstram Filleti e Boldrin (2020), a produção industrial do setor acompanhava, mesmo que não em igual proporção, a ascensão das vendas reais no varejo, ocasionadas pelo aumento da demanda no mercado interno. Contudo, isso mudou a partir de 2009: a produção industrial apresentou queda acentuada, enquanto as vendas no varejo mantiveram sua tendência ascendente. Desta forma, são os produtos importados, especialmente os chineses, que suprem a crescente demanda por produtos têxteis no mercado brasileiro. Por conseguinte, “a indústria têxtil brasileira produz menos e importa mais, [...] proporcionando assim um cenário de desindustrialização” (FILLETI; BOLDRIN, 2020, p. 872). A falta de competitividade em relação à indústria internacional está relacionada aos altos custos de produção em comparação com os dos países asiáticos, e com uma desfavorável política macroeconômica. Assim, os empresários do setor demandam não apenas políticas de defesa comercial e um cenário macroeconômico mais favorável à indústria nacional, como também diversas medidas que contribuam para a redução dos custos de produção.

### **A construção e a recepção da Nova Matriz Econômica: o sucesso da coalizão produtivista**

Dilma foi eleita no momento de intensificação dos efeitos da crise de 2008 no país. Em resposta, a NME tinha por objetivo impulsionar a reindustrialização e aumentar o emprego e a renda. Ela visava beneficiar não apenas empresários, mas também os trabalhadores e parecia cair como uma luva para o setor têxtil. Segundo maior empregador industrial<sup>5</sup>, com vendas concentradas no mercado interno, o setor depende de aumento do

---

<sup>5</sup> Atrás apenas da construção civil, a indústria têxtil emprega formalmente mais de 2 milhões de brasileiros, representando 23% dos empregos industriais no ano de 2011, segundo dados do IBGE.

poder aquisitivo das classes mais baixas e de medidas de proteção à indústria nacional, em especial as que impedem o avanço dos produtos importados no mercado doméstico. Longe de ser uma coincidência, essa compatibilidade foi o resultado da mobilização dos industriais por políticas benéficas ao setor produtivo. Vale destacar aqui algumas mobilizações feitas pelo setor têxtil que sintetizam suas demandas, e demonstram a pressão exercida por seus dirigentes por determinadas políticas que, eventualmente, foram atendidas pelo governo - reforçando, assim, a tese de que a NME não foi uma iniciativa voluntarista da presidente.

A alta do preço do principal insumo do setor têxtil, o algodão, e a crise internacional, que naquele momento atingia mais fortemente os países europeus e contribuía para o aumento dos produtos importados no mercado interno, reforçaram o senso de urgência de políticas setoriais. Em linhas gerais, os industriais têxteis concentravam suas críticas aos fatores que favoreciam o produto importado em detrimento do nacional: ao câmbio valorizado, à guerra dos portos<sup>6</sup>, à compra governamental de produtos chineses e à estratégia do governo de buscar controlar a inflação pelo aumento da importação<sup>7</sup>. Foram feitas também críticas a fatores estruturais que aumentam o custo de produção, e, portanto, representam uma desvantagem da indústria nacional em relação aos industriais asiáticos, como a alta carga tributária e encargos trabalhistas. Acompanhando esse tipo de crítica, os empresários tinham a avaliação de que a China não tinha as mesmas exigências trabalhistas, ambientais e tributárias, e que, por isso, suas empresas seriam mais competitivas no mercado brasileiro. O discurso predominante é que as empresas brasileiras fazem o que podem, são competitivas em relação à qualidade do produto, e por isso, ao fim e ao cabo, a falta de competitividade é uma responsabilidade do governo, e não das empresas.

Por iniciativa da Abit, foi fundada, em abril de 2011, a Frente Parlamentar José Alencar, com 250 parlamentares dos mais variados partidos, com o objetivo de intensificar o diálogo com o governo. Dentre as principais reivindicações do setor naquele ano estão a desoneração da folha de pagamentos, medidas de defesa comercial como anti-dumping, salvaguarda e maior fiscalização de produtos importados, compras governamentais com

---

<sup>6</sup> A “guerra dos portos” é como ficou conhecida a prática de alguns estados, em especial Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás, de oferecer incentivos fiscais aos produtos importados.

<sup>7</sup> Além de que a inflação no setor já estaria maior por conta da alta do preço do algodão.

prioridade aos produtos nacionais, o fim da guerra dos portos, um sistema tributário especial para o setor, e uma mudança na política macroeconômica que levasse à redução da taxa de juros e a desvalorização do real. No evento de lançamento da Frente, os parlamentares “assumiram publicamente o compromisso de lutar, principalmente, pela desoneração da folha de pagamento e pelo fortalecimento da indústria de confecção” (LANÇADA, 2011). A Abit também lançou campanhas, como a do “Importômetro”, um relógio que registra o volume de importações de produtos têxteis no país e quantos empregos isso impede que sejam gerados, e a da “Moda brasileira: eu uso, eu assino!”, um abaixo assinado para que a proposta de um Regime Tributário Competitivo para a Confecção (RTCC) tramitasse enquanto Projeto de Lei de Iniciativa Popular no Congresso.

O Plano Brasil Maior, lançado em agosto - mas que entrou em vigor em dezembro de 2011 -, respondeu a algumas das principais reivindicações do setor. A indústria têxtil foi uma das priorizadas pelo governo, por ter sido bastante afetada pela crise internacional e estar deixando de gerar empregos<sup>8</sup>. O pacote contou, inicialmente, com oito medidas que contemplavam a indústria têxtil, como a tão demandada desoneração da folha de pagamentos, a priorização das compras governamentais aos produtores nacionais e medidas de defesa comercial, como a fiscalização do Inmetro e aumento do Cofins para produtos têxteis importados. O Plano Brasil Maior foi elogiado pelos industriais têxteis e visto como uma sinalização importante do governo, que se mostrou sensível às preocupações do setor e disposto a atender demandas que nunca tinham sido atendidas anteriormente, como a desoneração. Outra evidência de que o governo buscava responder aos seus anseios foi a priorização do setor têxtil nos financiamentos do BNDES naquele ano (DESEMBOLSOS, 2011).

Mesmo que o desempenho do setor tenha sido pior do que se desejava, os industriais e as entidades do setor têxtil tinham boas expectativas, em grande parte devido ao anúncio do Plano Brasil Maior. No fim do ano, os empresários se reuniram com o ministro Guido

---

<sup>8</sup> Isso reflete também a própria mobilização do setor, que constantemente evoca sua importância social como justificativa para ser contemplada por políticas governamentais. Como exemplo disso, em fala na *Première Brasil*, evento mais importante da indústria têxtil brasileira, o presidente da Abit, Diniz Filho, informa que pretende recorrer ao argumento de que o setor emprega quase 2 milhões de trabalhadores, sobretudo mulheres, para convencer o governo da relevância estratégica da cadeia têxtil para a economia brasileira (BRASIL, 2011).

Mantega, e o governo prometeu medidas de incentivo ao setor têxtil até o fim do ano - gerando boas expectativas entre os industriais. Já no fim de dezembro daquele ano, Mantega anunciou que o governo planejava pedir medidas de salvaguarda para produtos têxteis na OMC no primeiro trimestre de 2012. O ministro, que recebeu naquele mês medalha de honra ao mérito da Abit, afirmou que as demandas da indústria têxtil se tornaram prioridade do governo devido ao impacto no desemprego do setor, e que o governo não permitirá que “a indústria brasileira, particularmente a têxtil, saia diminuída da crise internacional” (MACHADO, 2011).

Em 2012, apesar do primeiro semestre não ter apresentado resultados positivos, com queda na produção e nos empregos do setor, os executivos mantinham boas expectativas devido às políticas governamentais - como o reajuste do salário mínimo<sup>9</sup>, o controle da inflação, a baixa dos juros, o “novo câmbio”, assim como políticas setoriais - e à normalização do preço do algodão<sup>10</sup>. Tanto as medidas macroeconômicas quanto setoriais da NME pareciam responder às demandas do setor, e mostravam uma preocupação do governo com o processo de desindustrialização. Em julho deste mesmo ano, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) encontrou que, desde quando o Plano Brasil Maior foi lançado, a confiança da indústria de vestuário e calçados aumentou dez pontos percentuais e superou a média histórica do setor (MACHADO, 2012). O segundo semestre já apresentou melhores resultados, sendo entendidos como reflexos do amadurecimento das políticas governamentais. Naquele ano já foi possível diminuir os preços dos produtos brasileiros, especialmente devido à desoneração, tornando-os mais competitivos no mercado interno. Houve também aumento de receitas de exportação devido à melhora cambial, mas não dos volumes, já que a crise internacional impedia a expansão no mercado externo. Naquele ano, o setor têxtil aumentou significativamente sua participação no valor adicionado bruto industrial, passando dos 7% pela primeira vez desde 2003. Em setembro de 2012, Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Abit, afirma que a desoneração da folha salarial, a desvalorização do real e a redução dos juros possibilitaram o aumento dos índices de produtividade e

---

<sup>9</sup> Já em fevereiro de 2012, o salário mínimo sofreu um aumento de 14%, fazendo com o setor têxtil planejasse uma produção maior para atender ao aumento da demanda, já que nesse setor as “vendas dependem mais da renda do que do crédito” (MARTINS, 2012).

<sup>10</sup> Em 2011, o algodão estava cotado quase a US\$ 3 por libra/peso. Em 2012, voltou a US\$ 1 por libra/peso.

emprego no setor (WATANABE; PEDROSO, 2012). Bonduki, presidente do Sinditêxtil-SP, comentou que “[...] tudo isso [as medidas do Plano Brasil Maior] somado deve melhorar um pouco a competitividade das empresas do setor. Mas, sem dúvida, a maior e mais importante mudança aconteceu no binômio juros x câmbio” (BONDUKI, 2012).

É interessante notar que ao longo de 2012, em geral, os executivos passaram a relacionar os melhores desempenhos do setor e/ou de suas empresas às medidas governamentais - o que não acontecia em 2011, durante o qual os bons desempenhos eram justificados por estratégias empresariais, como foi o caso da Dudalina e da Karsten (PITTHAN, 2011a, 2011b). Além disso, a confiança gerada pelas medidas se traduziu também em investimentos, como foram os casos da Döhler e da Dudalina (JURGENFELD, 2012; MACHADO, 2012). Não obstante, o avanço dos importados ainda se apresentava como um impeditivo de crescimento para algumas empresas. É o caso daquelas localizadas na região de Brusque, que no início de 2012, segundo o Sindinvest, tiveram produção 20% menor do que no mesmo período em 2011, refletindo o fornecimento de produtos de inverno importados (JURGENFELD; BUENO; CAMAROTTO, 2012). A Abit, especialmente nas declarações de seu presidente, Diniz Filho, ressaltou essa questão em diversas oportunidades, argumentando que, por mais que as medidas ajudassem o setor, o crescimento poderia ser mais expressivo caso a concorrência com os produtos asiáticos estivesse em patamar de igualdade. Em declaração em maio, o presidente da Abit afirma que “não estamos participando do crescimento do mercado doméstico e a produção reflete isso” (GIFFONI, 2012).

O ano de 2012 foi marcado por grandes mobilizações e vitórias políticas do setor têxtil. Como resposta às demandas empresariais, foi anunciada a ampliação da política de compras governamentais com preferências por produtos nacionais: a alíquota passou de 8% para 20% (FALCÃO, 2012a). A desoneração da folha de pagamento, por sua vez, foi um dos temas mais pautados. Apesar de bem recepcionada em 2011, a desoneração não teve efeito homogêneo nas empresas: as mais beneficiadas são as que terceirizam menos e exportam mais. Em janeiro, os industriais têxteis reivindicam uma redução da alíquota, de 1,5% para 0,8%, alegando que a proposta original acarretaria aumento da carga tributária em cerca de 30% do setor e aquelas que fossem beneficiadas teriam o ganho neutralizado por outros

fatores, como os custos logísticos. Desta forma, os executivos do setor elogiavam a medida de desoneração, mas reivindicavam sua ampliação<sup>11</sup>. Já em março, a Abit se reúne com Guido Mantega, com uma nova contraproposta, de diminuição da alíquota de 1,5% para 1%, ao invés de 0,8%<sup>12</sup>. Essa demanda é atendida em abril<sup>13</sup> e a desoneração passa a contemplar toda a cadeia produtiva têxtil. A Abit entende esse anúncio como uma evolução das medidas de proteção à indústria (EXMAN et al, 2012).

Outro resultado da mobilização dos industriais têxteis foi a da aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 72. O projeto tinha por objetivo barrar a chamada guerra fiscal, ou guerra dos portos, entre os estados, e com isso proteger a indústria nacional do avanço dos produtos importados no país. A tramitação da matéria foi bastante conflituosa: os governadores e parlamentares dos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás atuaram para o arquivamento e, posteriormente, pela rejeição da matéria nas comissões parlamentares e no plenário (BRASIL, 2012). Os empresários, através principalmente da CNI, Fiesp e Abit, participaram de audiências públicas, se reuniram com parlamentares, com o Ministro da Fazenda e com a própria presidenta para convencê-los da urgência da aprovação da matéria, publicaram manifestos na imprensa, e fizeram uma série de manifestações de rua, em conjunto com sindicatos trabalhistas. Destacamos aqui a organização dessas manifestações contra a desindustrialização, que receberam o nome de “Grito de Alerta: Em defesa da produção e do emprego”. Em resposta, o governo negociou compensações aos estados perdedores, e garantiu a aprovação da matéria - mesmo que com ameaças de racha na sua base parlamentar.

Diante da mobilização empresarial em conjunto com trabalhadores, e a resposta governamental, entendemos esse episódio como uma atuação emblemática da coalizão produtivista. Na manifestação do dia 04 de abril, por exemplo, Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Abit se coloca como representante dos trabalhadores do setor, afirmando que

---

<sup>11</sup> Em 2013, alguns industriais têxteis criticaram a medida, argumentando que beneficiaria as empresas ineficientes, e puniria a produtividade - mas mesmo esses reconhecem que a desoneração foi importante para evitar demissões no setor.

<sup>12</sup> Nesse mesmo período, Mantega anuncia que a desoneração da folha está aberta a “qualquer setor produtivo que quiser”, o que mostra uma mudança na postura do governo frente às demandas industriais, que em 2011 estava decidido a restringir a medida aos quatros setores originalmente contemplados.

<sup>13</sup> A medida só entrou em vigor, contudo, em agosto daquele ano.

“não estamos pedindo proteção, apenas condições igualitárias para competir com os importadores. Eu represento 1 milhão e 800 mil trabalhadores que vão perder seus empregos para os chineses. Este dia é histórico, pois estamos todos – políticos, trabalhadores e empresários, lutando por um interesse comum” (GRITO, 2012). Devemos ressaltar que a indústria têxtil tem uma vantagem nessa articulação por ser a segunda maior empregadora industrial. Não à toa, portanto, os representantes industriais enquadram seus interesses como interesses públicos, e especialmente, como demandas que beneficiam a classe trabalhadora. A aliança com os trabalhadores fortalece a legitimidade de suas demandas, não apenas para a sociedade, mas nesse caso também para o próprio governo. Uma evidência disso é a declaração do presidente da Abit em audiência pública realizada para a discussão sobre a PRS 72: “Eu já tive a oportunidade de dizer à Presidente Dilma que o nosso setor pode ser uma porta de saída para o plano de transferência de renda que o Governo usa e faz muito bem usar. Nosso setor tem capacidade de absorver trabalhadores que, porventura, estejam fora do mercado de trabalho” (BRASIL, 2012).

Apesar do otimismo generalizado e vitórias industriais em 2012, já naquele ano alguns poucos empresários mostravam-se receosos em relação ao ano seguinte. O presidente da Sintex afirma que 2012 “não foi um [ano] muito brilhante”, e há incerteza em relação a 2013 (EM SC, 2012). A Abit, apesar de elogiar as medidas governamentais, defende que o empresário só vai investir se tiver um ambiente favorável, o que não é possível com o problema da concorrência com os produtos asiáticos. Para que isso seja revertido, é necessário “uma drástica diminuição do custo de produção no Brasil [...] [por meio de] reformas tributária, trabalhista, melhoria da infraestrutura e barateamento de transporte e energia” (FALCÃO, 2012b).

### **Conflitos entre industriais e governo Dilma: o esgarçamento da coalizão produtivista**

O ano de 2013 parece ser um período de transição entre a harmonia que predominou nos anos de 2011 e 2012, o maior distanciamento em 2014, e a ruptura consolidada no segundo mandato (2015-2016). Em geral, parece que as declarações de 2013 não destoam da tônica predominante do ano anterior. As boas expectativas, tendo em vista a perspectiva de amadurecimento das medidas governamentais, permaneciam - em especial a desoneração, a

queda da taxa de juros, o fim da guerra dos portos e a redução da tarifa de energia elétrica. Em termos absolutos, o setor apresentou o maior valor adicionado bruto da última década, atingindo R\$ 38,7 bilhões - contudo, em termos relativos houve queda de 0,1 pontos percentuais na participação do setor no VAB industrial. Ainda naquele ano foram organizadas manifestações conjuntas, entre empresários e sindicatos trabalhistas do setor têxtil, contra a desindustrialização<sup>14</sup>. Diferentemente do ano anterior, contudo, há avaliações mais críticas à condução econômica, e o surgimento de uma crise política começa a ser alvo de preocupação.

A desoneração da folha de pagamentos resultou em melhora do desempenho do setor, com ampliação da produção, de contratações e exportações - sendo as exportações superiores à média da indústria de transformação. Ainda, os setores têxtil e de vestuário tiveram uma queda maior do que a média na relação do custo pela receita líquida (WATANABE, 2013a). Naquele ano também o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) atendeu a uma demanda do setor: zerou a alíquota de importação de fibra de algodão, principal insumo do setor, diminuindo o custo de produção (ABIT CONSEGUE, 2013). Vale notar ainda o esforço do governo em avaliar pedidos de barreiras contra produtos importados: desde 2011, “foram criados 120 novos cargos de analistas de comércio exterior e o governo acelerou prazos para as investigações, ampliando ações como a repressão a falsas declarações de origem de produtos, usadas para fugir a sobretaxas em casos de dumping” (LEO, 2013). O câmbio também foi bastante pautado pelos industriais têxteis. Em geral, a desvalorização do real é elogiada, tanto pelas empresas exportadoras quanto pelas que dependem mais do mercado interno, já que o novo câmbio contribuiu para a redução da entrada de produtos importados, especialmente os que foram alvo de sobretaxa antidumping (WATANABE, 2013b). Há, contudo, a avaliação de que é necessário estabilidade e previsibilidade cambial, para que o planejamento das empresas não seja prejudicado. Em menor grau, há empresas

---

<sup>14</sup> Em outubro de 2013, empresários, trabalhadores e políticos da Frente Parlamentar Têxtil manifestaram-se durante a GoTex Show - feira organizada pela China World Trade a fim de facilitar negócios de empresas chinesas com empresários brasileiros. Dentre os cartazes haviam declarações como “unidade na luta contra as importações que quebram nossas empresas e desempregam” e “não à importação de vestuário fabricado com trabalho escravo” (SETOR, 2013).

que se preocupam com a desvalorização do real devido ao aumento dos preços dos insumos e bens de capital importados.

Nem todas as demandas, porém, foram atendidas. O PL 200/2013, que propunha extinção da multa de 10% do FGTS, apesar de aprovado pelo Congresso, foi vetado pela presidenta com a justificativa de que não se poderia extinguir a principal fonte de financiamento do Minha Casa Minha Vida. Ao ter de decidir entre subsidiar uma importante política social e diminuir os custos industriais, a presidenta optou pela primeira opção. O setor têxtil ficou insatisfeito com o veto, argumentando que a não aprovação da medida seria contra os próprios objetivos do Plano Brasil Maior, e mobilizou para que ele fosse derrubado pelo Congresso - o que não ocorreu (DILMA, 2013).

Em 2013 aparece pela primeira vez a menção a uma crise no país - e, talvez ainda mais relevante, uma crise admitidamente política. O presidente da Hering, Fábio Hering, em julho daquele ano, afirma que sua perspectiva para o resto do ano é de maior cautela, prevê um crescimento mais moderado, ponderando que “o Brasil vive hoje mais uma crise política e social do que propriamente uma crise econômica” (FALCÃO, 2013). Apesar dos executivos não comentarem sobre as manifestações de junho de 2013, parece que a instabilidade política contribuiu para abalar o otimismo empresarial que predominou no ano anterior.

As críticas mais incisivas são não mais no sentido de pressionar com ajustes nas políticas anunciadas, mas sobre a própria condução econômica do governo. O presidente do Sindivestuário, Ronald Masijah, publicou em fevereiro um artigo de opinião no qual sugere, em consonância com outras manifestações empresariais, que a indústria nacional é eficiente, e o problema está “da porta para fora”, isto é, cabe ao governo fazer sua parte e reduzir o custo Brasil para que a indústria tenha chances de competir com os produtos chineses. O executivo contextualiza a “predação chinesa” a partir da crise de 2008, que teria feito a China mudar a rota de exportações, originalmente dos mercados estadunidense e europeus, para o Brasil. Diante desse pressuposto, tece sua crítica ao processo decisório do governo brasileiro:

A China é muito mais que uma ameaça à Indústria Brasileira. É seu algoz. O governo Chinês, que só tem um partido político, toma decisões importantes em benefício de suas indústrias de uma forma imediata. Enquanto isto, nas terras de Cabral, o governo segue a cartilha de Rodin (O Pensador). Está sempre pensando,

analizando e nunca agindo. Quando toma alguma medida para ajudar, a medida é pequena e tardia, quando a indústria já sangrou muito. (MASIJAH, 2013).

A crítica à lentidão da tomada de decisões não é isolada, apesar de geralmente ser proferida em um tom mais cordial do que o adotado por Masijah. Em artigo de opinião de Alfredo Bonduki (2013), presidente do Sinditêxtil-SP, em julho daquele ano, o dirigente critica a demora da regularização e implementação de políticas - com ênfase na questão da guerra dos portos. No ano seguinte, o presidente da Abit, Rafael Cervone, afirmou em um tom mais moderado: "Na verdade nunca tivemos tanta abertura quanto no Governo do PT. Nunca fomos tão ouvidos. O que falta é a velocidade de transformação, o passo da demanda para a conclusão, mas nunca tivemos tanto espaço." (O JOVEM, 2014). Além disso, a demanda por medidas mais estruturais, e menos pontuais, também era compartilhada por executivos do setor. Em 2012 a própria presidenta já teria reconhecido essa falha, e se comprometido a propor políticas estruturais, mas a promessa parece não ter se concretizado (LEO, 2012).

A insatisfação desses dirigentes têxteis não era isolada: em 2013, os grandes empresários brasileiros apontavam uma preferência pela vitória de Aécio nas eleições presidenciais em 2014. De 120 dirigentes entrevistados pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), 47% afirmaram preferir a vitória do candidato tucano, 22% tinham Eduardo Campos (PSB) como preferido, e Dilma era a escolhida por apenas 7% dos entrevistados. No ano anterior, a presidenta teria a preferência de 24% dos entrevistados. Diferentemente de 2014, em 2013 a maior parte dos empresários (41%) acreditavam que Aécio derrotaria Dilma nas eleições presidenciais (CAMPOS, 2013).

O governo, ciente do distanciamento do empresariado, procurou se reaproximar do setor produtivo no ano eleitoral. Enquanto a presidenta priorizou na sua agenda encontros com o empresariado, o ex-presidente Lula assumiu o papel de interlocutor com grandes empresários e comandou a filiação de dirigentes do setor produtivo a partidos da base aliada. Um deles foi Josué Gomes da Silva, então presidente da Coteminas, e filho do ex-vice-presidente José Alencar. Em entrevista ao Valor, ao comentar sua entrada na política através da filiação ao PMDB, Gomes da Silva afirma que, nas eleições de 2014, será "um soldado do partido na briga pela reeleição de Dilma". Cotado para assumir o MDIC, da Silva recusou o convite para que pudesse se candidatar ao Senado. O executivo apresentou como

justificativa para sua filiação a necessidade de apoiar “o projeto começado pelo meu pai [José Alencar], com o presidente Lula, e que está tendo continuidade com a presidente Dilma.” Ainda nesta entrevista, da Silva defende o governo das acusações de intervencionismo, e pondera sobre a avaliação exagerada sobre a situação do país: “Da mesma forma que o Cristo Redentor não estava decolando, ele também não está desgovernado” (VALENTI; BALARIN, 2014).

O ano de 2014 teve resultados econômicos piores do que o de 2013, com o maior déficit na balança comercial na histórica do setor e diminuição da participação do setor no valor adicionado bruto industrial. A Copa do Mundo foi precedida por um pessimismo generalizado, já que a expectativa era de que o evento seria desorganizado e acompanhado de muitas manifestações. Predominava naquele momento a incerteza em relação ao cenário econômico e a expectativa de estagnação. O pessimismo com a situação econômica e a falta de perspectiva de uma mudança significativa por parte do governo se refletiram em estratégias das empresas para contornarem a concorrência chinesa, e até a diminuírem a dependência no mercado interno. O foco nas exportações, os planejamentos de abertura de fábricas em outros países (como Haiti e Paraguai), a substituição de produção de bens de menor valor agregado por produtos mais sofisticados, e até a migração para o varejo foram algumas das respostas encontradas pelos empresários têxteis. O alívio era o câmbio, que, apesar de não ser considerado estável o suficiente, continuou a render bons frutos ao setor, tanto com a diminuição das importações de produtos estrangeiros, quanto pelo impulsionamento das exportações das grandes empresas têxteis.

A eleição de 2014 era vista como uma oportunidade de mudança na política econômica. Os executivos compartilhavam a percepção de que, independentemente do candidato eleito, era urgente a implementação de medidas mais drásticas. Dentre as mais citadas estão as reformas tributária, trabalhista e da previdência, e uma política fiscal mais austera. A mudança na equipe econômica do governo, ainda durante a campanha eleitoral, foi vista como uma sinalização positiva. Contudo, foi insuficiente para garantir uma mudança no humor do setor: os empresários esperavam políticas mais rígidas e regressivas, sem os limites que a base eleitoral petista impunha ao governo.

O ano de 2015 mantém a tônica pessimista: as manifestações empresariais enfatizam a imprevisibilidade do ambiente econômico, a perda de confiança do consumidor, o aumento do desemprego e da inflação e a menor oferta de crédito. Rafael Cervone (Abit) indica que o setor não compartilhava da avaliação de que a crise econômica brasileira continuava a refletir a crise internacional: tratava-se agora de uma crise brasileira. Cervone, entretanto, ainda indica uma disposição de diálogo com o governo, afirmando que “somos parceiros do governo para resolver os problemas e temos confiança de que, como tantas outras crises, esta também vai passar” (VERAS, 2015)<sup>15</sup>.

Os conflitos com o governo se intensificaram no segundo semestre de 2015. A política fiscal foi alvo de críticas, por conta dos rebaixamentos das notas do país pelas agências de classificação de risco e do anúncio do pacote fiscal que visava a obtenção de um superávit primário em 2016. O pacote anunciava, dentre outras medidas, o relançamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a redução da alíquota do Reintegra. Reagindo a esse anúncio, a Abit calcula que a volta do CPMF representaria um aumento de mais de um bilhão de dólares nos impostos pagos pelo setor (MANTOAN et al., 2015). O presidente do Sinditêxtil-SP, Alfredo Bonduki, declara que a solução para o problema fiscal seria a redução dos gastos públicos, não a redução de benefícios tributários aos industriais. O executivo repudia a falta de diálogo com o setor, e usa os empregos potencialmente perdidos pela reoneração como justificativa de ser uma política errada, ironizando ser o PT que a implementou. Nesse mesmo artigo, Bonduki afirma que um projeto de desenvolvimento do país é impedido por conta do fisiologismo, das retaliações políticas no Congresso - lideradas pelo presidente, Eduardo Cunha -, e das “posições dogmáticas e [da] inabilidade política da presidente Dilma” (BONDUKI, 2015). Poucos dias depois, em evento na Argentina, Ricardo Steinbruch, presidente da Vicunha Têxtil, mostrou insatisfação com o governo, declarando: "Que inveja da Argentina. [...] Os senhores têm esperança de mudança; no Brasil as coisas vão demorar mais", referindo-se à eleição de Macri (ROCKMANN, 2015).

---

<sup>15</sup> Vale notar que Cervone adota tom mais cordial em suas críticas ao governo, mesmo durante o período de maior acirramento. Outros dirigentes, como Bonduki e Masijah, mesmo em um momento de menor conflito explícito, como em 2013, já faziam críticas mais duras.

O ano de 2016 mostrou-se atípico. As poucas declarações empresariais são proferidas por Josué Gomes da Silva e Rafael Cervone - sendo o único outro empresário a se manifestar Ronald Masijah, crítico de longa data do governo Dilma, que afirmou em evento da Fiesp que é "consenso que não haverá melhora no país sem a saída do governo" (BOUÇAS, 2016a). Em março, a Springs Global<sup>16</sup> publica um relatório da administração sobre o ano de 2015 extremamente crítico e político. Geralmente esses documentos são técnicos e se restringem a comentários sobre as estratégias e desempenho das empresas, e caso tratam de fatores políticos, adotam tom cordial. A título de comparação, mesmo naquele ano, a maior parte das empresas sequer mencionaram a existência de uma crise econômica e política, e as poucas - que reconhecem a crise adotam um tom muito mais descritivo, constando a existência da crise que afeta a economia e o desempenho da própria empresa, como a fabricante de autopeças Mahle Metal Leve, a de eletrodomésticos Whirlpool, e de implementos rodoviários, Randon (MACHADO; ROCHA, 2016). A Springs Global foi, portanto, uma exceção, e Josué, para justificar essa atitude, afirma: "Eu abandonei um pouco as luvas, de fato. É para ver se todos nós acordamos. Eu quis chacoalhar, antes que o Brasil vá para o brejo" (VALENTI, 2016a). Deve-se notar que, depois de cinco anos com prejuízos, a Springs Global teve seu primeiro ano de lucro justamente em 2015, e a empresa tinha boas expectativas para 2016.

Algumas das críticas constantes no documento já faziam parte do repertório empresarial, como à política fiscal de aumento de impostos ao invés de corte de gastos e da "redução do tamanho do Estado brasileiro, inchado e ineficiente", que teria se tornado um "estado provedor obeso" (CARRANÇA; BOUÇAS, 2016). Segundo seu presidente, Gomes da Silva, "o governo tem que se preocupar, na opinião dele, apenas com os grandes temas macroeconômicos e não interferir muito" (VALENTI, 2016b). Em uma avaliação um pouco mais detalhada, sugere-se que a perda de confiança dos agentes econômicos é resultado do

[...] inevitável insucesso, o esgotamento dos efeitos temporários da denominada nova matriz econômica, que conjugava a intervenção na economia<sup>17</sup> — por meio de controle de preços públicos, da prática de juros subsidiados, das desonerações fiscais voltadas ao estímulo do consumo, de políticas fiscais anticíclicas adotadas

---

<sup>16</sup> A Springs Global é a fusão entre a Coteminas e a Springs Industries.

<sup>17</sup> Aqui notamos uma mudança na avaliação de Josué Gomes da Silva, que até 2014 rejeitava a tese de que o governo Dilma era intervencionista.

de modo generalizado, sem avaliação do custo-benefício — com a prática de contabilidade criativa. (CARRANÇA; BOUÇAS, 2016).

Mais tarde, naquele mesmo mês, Gomes da Silva afirma que a presidenta teria perdido “as condições de governar o Brasil”, e que o melhor caminho seria o impeachment ou renúncia de Dilma. Como a presidenta teria perdido a capacidade de retomar a confiança para aprovar “as medidas necessárias para tirar o país da paralisia”, a melhora da economia só poderia se dar sob outro presidente. Ainda, o empresário refere-se ao documento “Uma Ponte para o Futuro”<sup>18</sup> como o programa capaz de “reverter a desconfiança dos agentes econômicos”, mas o ambiente político impossibilita sua implementação. Ao comentar sobre o processo de impeachment, contudo, o executivo teme que mesmo que se concretize, possa não ser o suficiente para “aplacar” a população, e mostra-se cético por entender que as pedaladas fiscais não justificariam o fim de mandato. A gestão de Dilma pode ter exagerado nas pedaladas, mas não as inventou, argumenta. Além do mais, a população nem saberia do que se trata: “não é por isso que o povo está nas ruas” (VALENTI, 2016b). Já em maio, próximo à votação do impeachment, da Silva esquivava-se de comentar sobre a possibilidade de Dilma conseguir evitar o impeachment (MOREIRA, 2016). Quando o impeachment torna-se realidade em agosto, entretanto, o empresário mostra-se otimista com o novo governo (SOUZA, 2016).

Rafael Cervone é o outro empresário que comenta sobre o governo em 2016. Suas declarações, contudo, são mais cordiais, restringindo-se, em sua maioria, a comentários sobre a recessão econômica que afeta o setor, e críticas à imprevisibilidade econômica, assim como ao custo da energia e da matéria-prima. Todavia, no dia em que se oficializou o impeachment de Dilma, em 31 de agosto, Cervone declara que “espera que o novo presidente da República, Michel Temer, tenha ‘senso de urgência’ para solucionar problemas que agravam a recessão no país.”. O empresário lista as medidas que considera fundamentais para a retomada econômica, e também mostra afinidade com as propostas delineadas no “Ponte para o Futuro”: o ajuste fiscal e as reformas trabalhista e da previdência (BOUÇAS, 2016b).

---

<sup>18</sup> Documento lançado em outubro de 2015 pelo PMDB, com propostas para a economia e o desenvolvimento brasileiro. Posteriormente, enquanto presidente, Temer teve no documento seu programa de governo. Cf: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>.

### **Considerações preliminares**

Esse artigo se baseou na primeira fase da pesquisa de mestrado em andamento, na qual foi feita uma retomada do histórico do setor têxtil e da caracterização de sua cadeia produtiva, assim como foram coletadas declarações empresariais na imprensa. A partir disso, foram apresentados os desafios que a indústria têxtil nacional enfrenta, e buscou-se reconstituir a relação entre o governo federal e empresários do setor entre 2011 e 2016, a fim de se identificar a agenda pública e os temas de alinhamento e conflito presentes nessa relação. A próxima etapa da pesquisa terá como foco a finalização da coleta de declarações na imprensa, especialmente na revista setorial *Textilia*; assim como a realização de entrevistas com empresários do setor.

A partir da análise das matérias coletadas, foi possível observar que a Nova Matriz Econômica não foi uma política voluntarista por parte do governo: o setor têxtil se mobilizou e pressionou pelas medidas que foram implementadas, como pela desoneração da folha de pagamentos, pela priorização dos produtos nacionais nas compras governamentais, na desvalorização do real, e pelas políticas de defesa comercial. Para atender às demandas industriais, o governo teve de enfrentar interesses: dos estados e dos parlamentares de sua própria base congressual, no caso da guerra dos portos; dos importadores e varejistas, no caso do câmbio e de medidas de defesa comercial. O anúncio do pacote de medidas foi bem recebido, e as críticas eram, em sua maioria, no sentido de aprofundar ou ajustar as políticas já existentes. As políticas resultaram, ao menos até 2013, em melhora efetiva do desempenho do setor. Ademais, deve-se notar que, até 2013, há indícios de que as entidades representantes do setor se aliaram às organizações trabalhistas para sensibilizar o governo, o que nos oferece indícios de uma coalizão produtivista (SINGER, 2018).

Enquanto no início do mandato as críticas eram para aprofundar as medidas implementadas, com algumas ponderações sobre a necessidade de políticas de longo prazo, a partir de 2013, e especialmente de 2014, passaram a ser voltadas ao próprio modelo de política econômica, com predominância das avaliações sobre os limites e esgotamento das medidas de curto prazo. Ainda que alguns elementos fossem elogiados, como o câmbio e a desoneração da folha de pagamentos, os executivos demandavam por uma mudança na condução econômica, tendo como principais reivindicações um ajuste fiscal e reformas

trabalhista, tributária e previdenciária. Faltava a perspectiva de implementação desse programa mínimo, mesmo após a alteração na equipe econômica no segundo mandato. Isso porque o governo, por mais que buscasse atender a demandas industriais, mesmo que propusesse reformas, não seriam radicais o suficiente, já que teria um limite determinado pela sua base eleitoral e pela própria organização partidária, alinhados aos interesses dos trabalhadores. Não podemos deixar de notar que essas demandas foram apresentadas no documento “Uma Ponte para o Futuro”, do então vice-presidente Michel Temer, em 2015. Esse documento, possivelmente, pode ter sido central na consolidação do apoio ao impeachment em 2016.

Diante disso, sugerimos a hipótese de que a ruptura empresarial com o governo tem raízes no senso de urgência empresarial frente ao risco de desindustrialização, impulsionado pela entrada maciça de produtos importados no país. A princípio os empresários têxteis se aliaram aos trabalhadores, com a expectativa que o governo priorizasse a questão. Apesar de ter tido bons resultados em problemas pontuais, como a guerra dos portos, em momentos em que atender aos interesses empresariais significasse ameaçar os trabalhistas, contudo, o governo optou por não prejudicar os trabalhadores, como foi o caso do veto na proposta de extinção da multa do FGTS. A aprovação das reformas vistas como necessárias exigiria um enfrentamento aos trabalhadores que o governo petista não poderia oferecer, como ficou claro na proposta de ajuste fiscal de 2015. Assim, teria ocorrido um esgarçamento da coalizão produtivista não por conta de aumento de demandas, mas pelos limites impostos à política econômica.

Apesar de insatisfeitos, poucos empresários acreditavam em 2014 que Dilma não seria reeleita, o que pode ter garantido que as rachaduras na relação com o governo não se explicitassem com tanto vigor naquele momento. Mesmo em 2015, em que a crise política já flertava com a hipótese do impeachment, os empresários previam que a presidenta se mantivesse no poder. Assim, apesar de fazerem críticas mais incisivas, os dirigentes têxteis não tinham pulado do barco ainda, e dialogavam com o governo. A ruptura com a coalizão produtivista, portanto, teria se consolidado com a perspectiva de mudança que o impeachment teria representado, no início de 2016. É interessante notar, entretanto, que boa parte dos empresários se abstiveram de fazer declarações públicas naquele momento. Os que

se manifestaram, contudo, apoiaram o impeachment, sendo o mais emblemático desse movimento de aliança e posterior ruptura com o governo o caso de Josué Gomes da Silva - filiado ao PMDB em 2014, fez campanha para a reeleição da presidenta, e posteriormente, em 2016, rompeu publicamente com o governo.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). Frente parlamentar mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção - Mandato de 2012 a 2016. Indústria têxtil e de confecção brasileira. *Cenários, desafios, perspectivas, demandas*. Brasília, junho de 2013. Disponível em: <<http://abit-files.abit.org.br/site/publicacoes/cartilha.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, Número Especial, p. 1-63, 2017.

BEZERRA, Francisco Diniz. Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no Nordeste. *Informe Macroeconomia, Indústria e Serviços*, v. 8, n. 2, 2014.

BOITO JR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Audiência Pública da CCJ e CAE sobre o PRS/2010, 21 mar. 2012*. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=219&codcol=34>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CALLIL, Victor. *Cadeia produtiva e mercado: Um estudo sobre a produção e a venda de moda varejista na cidade de São Paulo*. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10062015-154539/publico/2015\\_VictorCallil\\_VOrig.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10062015-154539/publico/2015_VictorCallil_VOrig.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, 2009. Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/Set2905.pdf](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/Set2905.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FILLETI, Juliana de Paula; BOLDRIN, Rafaela. A indústria têxtil no Brasil: um modelo econométrico analisando a hipótese de desindustrialização setorial. *Econ. soc.*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 861-890, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ecos/v29n3/1982-3533-ecos-29-03-0861.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MASSUDA, Ely Mitie. Transformações recentes da indústria têxtil brasileira (1992-1999). *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 24, n. 1, p. 243-251, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2443/1710>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MENDES, Sílvia Maria Ferreira. *O fim do acordo de têxteis e vestuário: impactos sobre o setor têxtil-vestuário brasileiro*. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2007. Disponível em:

<[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90025/mendes\\_smf\\_me\\_arafcl.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90025/mendes_smf_me_arafcl.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 04 abr. 2021.

OLIVEIRA, Gabriel Nunes de; HERSCOVICI, Nicole. Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014): uma análise a partir do jornal Valor Econômico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 2021, no prelo.

PINTO, Eduardo Costa et al. A economia política dos governo Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. *IE-UFRJ*, Texto para Discussão n. 004, 2016. Disponível em: <[https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2016/TD\\_IE\\_004\\_2016\\_COSTA%20PINTO\\_et%20al.p df](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2016/TD_IE_004_2016_COSTA%20PINTO_et%20al.p df)>. Acesso em: 29 out. 2020.

RUGITSKY, Fernando. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Paulo Zahluth (org.). *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015, p. 131-137.

RUGITSKY, Fernando. O interregno e a pandemia. *Revista Rosa*, v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistarosa.com/1/o-interregno-e-a-pandemia>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VACCARI, Gabriel da Silva; PEREZ, Reginaldo Teixeira. A *doxa* política das finanças: o discurso dos banqueiros diante da Nova Matriz Econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, n. 3, p. 89-111, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/53206/34609>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

## Matérias de imprensa

ABIT consegue alíquota zero para algodão por três meses. *Textilia*, 26 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/abit\\_consegue\\_aliquota\\_zero\\_para\\_algodao\\_por\\_tres\\_meses](http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/abit_consegue_aliquota_zero_para_algodao_por_tres_meses)>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BONDUKI, Alfredo. *A conspiração da burocracia*. *Valor Econômico*, 26 jul. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-conspiracao-da-burocracia.ghtml>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BONDUKI, Alfredo. *O inútil sacrifício das empresas e empregos*. *Textilia*, 02 dez. 2015. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/moda/moda-marketing/1\\_o\\_inutil\\_sacrificio\\_das\\_empresas\\_e\\_empregos](http://www.textilia.net/materias/ler/moda/moda-marketing/1_o_inutil_sacrificio_das_empresas_e_empregos)>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BOUÇAS, Cibelle. *Produção de roupa cai 12,5%*. *Valor Econômico*, 08 mar. 2016a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/03/08/producao-de-roupa-cai-125.ghtml>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOUÇAS, Cibelle. *Abit espera 'senso de urgência' do governo para solução de problemas*. *Valor Econômico*, 31 ago. 2016b. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/08/31/abit-espera-senso-de-urgencia-do-governo-para-solucao-de-problemas.ghtml>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL poderá sofrer apagão industrial. *Textilia*, 21 set. 2011. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/brasil\\_podera\\_sofrer\\_apagao\\_industrial](http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/brasil_podera_sofrer_apagao_industrial)>. Acesso em: 09 mai. 2021.

BUENO, Sérgio; JURGENFELD, Vanessa. *Têxteis e calçados oscilam entre estabilidade e leve retomada*. Valor Econômico, 18 dez. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/18/texteis-e-calcados-oscilam-entre-estabilidade-e-leve-retomada.ghtml>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CAMPOS, Stela. *Entre presidentes de empresas Aécio tem 47%, Campos, 22%, e Dilma, 7%*. Valor Econômico, 07 ago. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/coluna/entre-presidentes-de-empresas-aecio-tem-47-campos-22-e-dilma-7.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CARRANÇA, Thais; BOUÇAS, Cibelle. *Lucro da Springs Global cai e empresa critica linha econômica de Dilma*. Valor Econômico, 02 mar. 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/03/02/lucro-da-springs-global-cai-e-empresa-critica-linha-economica-de-dilma.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DESEMBOLSOS do BNDES atingem R\$55,8 bilhões. *Textilia*, 23 ago. 2011. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/desembolsos\\_do\\_bndes\\_atingem\\_r\\_558\\_bilhoes](http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/desembolsos_do_bndes_atingem_r_558_bilhoes)>. Acesso em: 06 mai. 2021.

DILMA decepciona empresários ao vetar projeto que extingue multa de 10% sobre FGTS. *Textilia*, 26 jul. 2013. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/dilma\\_decepciona\\_empresarios\\_ao\\_vetar\\_projeto\\_que\\_extingue](http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/dilma_decepciona_empresarios_ao_vetar_projeto_que_extingue)>. Acesso em: 29 jul. 2021.

EM SC, setor têxtil está aquecido, mas vai parar dez dias. *Valor Econômico*, 14 dez. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/14/em-sc-setor-textil-esta-aquecido-mas-vai-parar-dez-dias.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

EXMAN, Fernando et al. *Desoneração pode virar queda de preço ou ganho de margem*. Valor Econômico, 04 abr. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/04/desoneracao-pode-virar-queda-de-preco-ou-ganho-de-margem.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FALCÃO, Marina. *Importações de vestuário crescem 41,1% até maio, diz Abit*. Valor Econômico, 18 jun. 2012a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/06/18/importacoes-de-vestuario-crescem-411-ate-maio-diz-abit.ghtml>>. Acesso em: 04 abri. 2021.

FALCÃO, Marina. *Concorrência chinesa inibe investimentos na indústria têxtil, diz Abit*. Valor Econômico, 31 ago. 2012b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/08/31/concorrenca-chinesa-inibe-investimentos-na-industria-textil-diz-abit.ghtml>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FALCÃO, Marina. *Hering divide diretoria para expandir novas redes*. Valor Econômico, 19 jul. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2013/07/19/hering-divide-diretoria-para-expandir-novas-redes.ghtml>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

GIFFONI, Carlos. *Produção mais fraca no trimestre resulta em demissões na indústria*. Valor Econômico, 11 mai. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/05/11/producao-mais-fraca-no-trimestre-resulta-em-demissoes-na-industria.ghtml>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

GRITO de alerta da indústria une capital e trabalho. *Textilia*, 04 abr. 2012. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/grito\\_de\\_alerta\\_da\\_industria\\_une\\_capital\\_e\\_trabalho](http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/grito_de_alerta_da_industria_une_capital_e_trabalho)>. Acesso em: 09 mai. 2021.

JURGENFELD, Vanessa. *Döhler volta a ter base nos Estados Unidos*. Valor Econômico, 23 abr. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/04/23/dohler-volta-a-ter-base-nos-estados-unidos.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

JURGENFELD, Vanessa; Bueno, Sérgio; CAMAROTTO, Murillo. *Em um mesmo setor, cenários diferentes*. Valor Econômico, 28 fev. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/02/28/em-um-mesmo-setor-cenarios-diferentes.ghtml>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

LANÇADA em Brasília a Frente Parlamentar "José Alencar". *Textilia*, 07 abr. 2011. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/textil/negocios/lancada\\_em\\_brasilia\\_a\\_frente\\_parlamentar\\_jose\\_alencar](http://www.textilia.net/materias/ler/textil/negocios/lancada_em_brasilia_a_frente_parlamentar_jose_alencar)>. Acesso em: 31 ago. 2021.

LEO, Sergio. *O que quer Dilma, o que querem os empresários*. Valor Econômico, 26 mar. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/o-que-quer-dilma-o-que-querem-os-empresarios.ghtml>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

LEO, Sergio. *Metade dos pedidos de barreiras contra bens importados não vira investigação*. Valor Econômico, 17 abr. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/metade-dos-pedidos-de-barreiras-contras-bens-importados-nao-vira-investigacao.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MACHADO, Tainara. *Importação de têxteis terá nova regra, diz Mantega*. Valor Econômico, 28 dez. 2011. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/12/28/importacao-de-texteis-tera-nova-regra-diz-mantega.ghtml>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MACHADO, Tainara. *Produção da indústria sofre, mas confiança melhora em setores beneficiados*. Valor Econômico, 11 jun. 2012. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/2697816/producao-da-industria-sofre-mas-confianca-melhora-em-setores-beneficiados>>. Acesso em: 23 out. 2018.

MACHADO, Juliana; ROCHA, Rodrigo. *Executivos evitam falar da crise*. Valor Econômico, 08 abr. 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/04/08/executivos-evitam-falar-da-crise.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MANTOAN, Victória et al. *Setor produtivo critica impacto recessivo da CPMF*. Valor Econômico, 16 set. 2015. Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/09/16/setor-produtivo-critica-impacto-recessivo-da-cpmf.ghtml>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MARTINS, Arícia. *Mínimo reforça planos de parte da indústria*. Valor Econômico, 01 fev. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/02/01/minimo-reforca-planos-de-parte-da-industria.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MASIJAH, Ronald. *A crise do setor têxtil e do vestuário brasileiro*. Sindivestuário, 04 fev. 2013. Disponível em: <<https://sindivestuario.org.br/a-crise-do-setor-textil-e-do-vestuario-brasileiro/>>. Acesso em: 09 mai. 2021.

MOREIRA, Assis. *Coteminas avalia possíveis aquisições, diz presidente*. Valor Econômico, 31 mai. 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/coluna/coteminas-avalia-possiveis-aquisicoes-diz-presidente.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

O JOVEM presidente. *Textília*, 10 fev. 2014. Empresas e Personalidades. Disponível em: <[http://www.textilia.net/materias/ler/textil/mercado--empresas-e-personalidades/o\\_jovem\\_presidente](http://www.textilia.net/materias/ler/textil/mercado--empresas-e-personalidades/o_jovem_presidente)>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PITTHAN, Júlia. *Karsten investe no segmento de lençóis*. Valor Econômico, 15 set. 2011. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2011/09/15/karsten-investe-no-segmento-de-lencois.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PITTHAN, Júlia. *Vestuário e têxtil temem a concorrência do importado*. Valor Econômico, 07 nov. 2011b. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/virador/#/edition/44435?page=14&section=1>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ROCKMANN, Roberto. *Novas oportunidades*. Valor Econômico, 04 dez. 2015. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/12/04/novas-oportunidades.ghtml>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SETOR têxtil e de confecção protesta contra perda de empregos. 07 de nov. 2013. Publicado pelo canal Abit - Têxtil e Confecção. 1 vídeo (4min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GYLdacEfjxg>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SOUZA, Marcos de Moura. *Ajuste fiscal deve ser passo seguinte, diz empresário*. Valor Econômico, 29 ago. 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/coluna/ajuste-fiscal-deve-ser-passo-seguinte-diz-empresario.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

VALENTI, Graziella; BALARIN, Raquel. *O sobrenome no palanque*. Valor Econômico, 23 mai. 2014. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2014/05/23/o-sobrenome-no-palanque.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

VALENTI, Graziella. *“Estão brincando com o Brasil”*. Valor Econômico, 03 mar. 2016a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/03/03/estao-brincando-com-o-brasil.ghtml>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

VALENTI, Graziella. *Empresário diz que Dilma não tem mais como governar*. Valor Econômico, 28 mar. 2016b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/03/28/empresario-diz-que-dilma-nao-tem-mais-como-governar.ghtml>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

VERAS, Dauro. *Um modelo de precisão milimétrica*. Valor Econômico, 30 mar. 2015. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2015/03/30/um-modelo-de-precisao-milimetrica.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

WATANABE, Marta; PEDROSO, Rodrigo. *Calçados e vestuário reagem com desoneração*. Valor Econômico, 10 set. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/09/10/calçados-e-vestuario-reagem-com-desoneracao.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2018.

WATANABE, Marta. *Receita sobe mais que os custos nos setores com desoneração dos salários*. Valor Econômico, 03 jun. 2013a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/receita-sobe-mais-que-os-custos-nos-setores-com-desoneracao-dos-salarios.ghtml>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

WATANABE, Marta. *Câmbio intensifica efeito de tarifa antidumping*. Valor Econômico, 23 set. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/cambio-intensifica-efeito-de-tarifa-antidumping.ghtml>>. Acesso em: 04 ago. 2021.